

Ano 9, Vol IX, Número 2, Jul-Dez, 2017, Pág. 202-216.

## **ECOS DO RACISMO NA AMAZÔNIA – DESAFIOS DO ENSINO PARA SUPERAÇÃO DA DÍVIDA HISTÓRICA DE RESPEITO E CIDADANIA PARA TODOS OS BRASILEIROS**

Suely Aparecida do Nascimento Mascarenhas

**RESUMO:** Toda pessoa por sua condição humana possui um espírito livre tendo um legado único para a humanidade. A invenção do racismo pelo capitalismo, visando explorar o trabalho de uma grande parte da humanidade, em benefício de uma minoria, foi e é uma violência histórica que precisa ser desmascarada e superada inclusive no Brasil. O texto é um estudo etnográfico que demonstra como os traumas vividos por escravizados na região de Humaitá-AM, impactam sobre o bem estar psicossocial de descendentes conscientes dos sofrimentos de seus antepassados, e que vivenciam traumas do racismo na atualidade. O racismo é um fato que ocorre mesmo ao arrepio da legislação vigente, sendo praticado em todas as esferas sociais. O estudo conclui que é preciso fortalecer no currículo escolar e nas vivências sociais, a verdade sobre as causas do racismo, sua indignidade, injustiça histórica e humana que impacta negativamente sobre a construção da identidade cidadã nacional, onde o exercício da cidadania ainda não é uma realidade para todos em especial negros e indígenas.

**Palavras-chave:** Racismo, Ensino de Humanidades, Respeito, Traumas psicossociais, Cidadania, injustiça social e histórica, Humaitá-AM.

### **Racism ekos in Amazon – challenges of educational system to overcoming the historical debt of respect and citizenship for all Brazilians.**

**ABSTRACT:** Every person by his human condition has a free will having an unique legacy to humanity. The invention of racism by capitalism to explore the work of a big part of the humanity, for the benefit of a minority, was and still is a historical violence that needs to be unmasked and overcome including in Brazil. This article is a ethnographic study that demonstrates how the traumas experienced by slaved in the zone of Humaita-AM, impact over the psychosocial well-been of the conscious descendants of the suffering of their ancestors, and experience traumas of racisms nowadays. Racism is a fact that occurs even in violation of existing legislation, been practiced in all of the social spheres. The study concludes that is needed to strengthen in the scholar curriculum and in the living social experiences, the truth about the causes of racism, your indignity, historical and human injustice that impacts negatively on the construction of the national citizen identity, where the exercise of citizenship still is not a reality for all, mainly to black people and natives.

**Keywords** – Racism; Humanities Education; Respect; Psychosocial Traumas; Citizenship; Historical and Social Injustice; Humaitá-AM

*...O racismo nunca acabou.  
Meu pai conta que o pai dele dançou na festa de liberdade quando a princesa libertou os pretos.  
Disse que foi a maior alegria de vida dos pretos  
que fizeram festa e dançaram a noite toda no terreiro do seringal com todos os companheiros....  
Ele trabalhava em um seringal no rio madeira...  
Mulher, 77 anos, negra, Humaitá-AM, 2017.*

## Introdução

O racismo é uma realidade na sociedade atual que impacta negativamente sobre os indicadores de bem estar, saúde mental, inclusão socioeconômica e exercício da cidadania das pessoas que são alvo dessa prática classificada como crime inafiançável no Brasil. O objetivo deste estudo é relatar os resultados de uma pesquisa etnográfica com mulheres afrodescendentes que residem em Humaitá-AM onde relatam memórias de sofrimentos e alegrias de seus antepassados e os desafios que enfrentam em suas vidas para ocupar seu lugar sagrado no contexto da sociedade brasileira com cidadania e soberania.

Sabemos que o nível de consciência humana ainda precisa avançar na escala evolutiva em grande medida. Estamos no ano de 2017 depois de Cristo e ainda vivenciamos situações onde os descendentes de homens e mulheres escravizados, após serem arrancados de sua terra na África e arrastados para o Brasil em porões de navios onde, após serem vendidos como mercadoria, foram levados para os locais de produção agrícola ou extrativista onde foram explorados à exaustão, em suas forças físicas e mentais, visando a produção e o crescimento do capitalismo colonial, cujos lucros foi investido em prol do bem estar das nações colonizadoras, no caso do Brasil, Portugal e na Amazônia até 1750 (após o Tratado de Madri) por espanhóis e depois pelos portugueses e brasileiros.

Sabemos que três fontes principais constituem os pilares do conhecimento histórico: os documentos escritos, a arqueologia e a tradição oral. Este estudo é apoiado pela tradição oral inédita de descendentes de pessoas negras escravizadas na região do médio Rio Madeira, Humaitá-AM.

A tradição oral aparece como repositório e o vetor do capital de criações socioculturais acumuladas pelos povos ditos sem escrita: um verdadeiro museu vivo [...] a tradição oral é a fonte histórica mais íntima, mais suculenta e melhor nutrida pela seiva da autenticidade. “A boca do velho cheira mal” – diz um

provérbio africano – “mas ela profere coisas boas e salutares.  
(KI-ZERBO, 2010, p. XXXVIII-XXXIX)

Para que as atuais gerações construam e desenvolvam uma forte identidade nacional e em particular amazônica, têm direito à verdade sobre seu passado. É necessário saber quem somos, qual foram nossas origens, de onde e porque vieram para este espaço geográfico nossos antepassados e em que circunstâncias, para que possamos avançar em direção à construção de um futuro comum com o propósito de possibilitar o bem estar de todos os integrantes da sociedade nacional, com cidadania e soberania sobre seu território e riquezas, sob pena de viver uma existência alienada de suas raízes como folhas ao vento, sem identidade nacional e liberdade para traçar o seu presente e futuro.

A ignorância do próprio passado, ou seja, de uma parte importante de si mesmo, não seria mais alienadora? [...]É preciso que a verdade histórica, matriz da consciência desalienada e autêntica, seja rigorosamente examinada e fundada sobre provas.  
(KI-ZERBO, 2010, p. XXXIX).

Na imensidão da liberdade amazônica, na atualidade, centenas de comunidades preservam sua economia da macaxeira, do canteiro suspenso com verduras, pimentas; suas casas de farinhas suas frutas nos quintais, suas canoas, botes e rabetas, tarrafas, enxadas, foices e outros utensílios como paneiros e peneiras. Resistem serenos nas profundezas amazônicas às ideologias de exploração do homem pelo homem e consumismo exagerado e produtivíssimo inócuo, que dominam o cenário internacional e em grande medida o nacional roubando a alegria de viver e o bem estar dos povos. Cultivam a vida em família e em comunidade. Ostentam imenso respeito à floresta em pé, que segundo um cacique da Nação Mura de uma aldeia na transamazônica, sul do Amazonas “é a casa dos animais e deve ser preservada”, de onde retiram alimentos como tucumã, jatobá, babaçu, açaí, patoá, abacaba, andiroba, copaíba, sangue de dragão, mandacaru, quina quina, sara turo e uma imensidade de produtos ricos e importantes para a saúde e o bem estar dos seus habitantes.

Os povos do interior amazônico possuem um rico domínio do seu território. Das plantas que ocorrem na região, dos animais, peixes e outras riquezas que lhes pertencem por habitarem o território há séculos nos casos dos descendentes de europeus pobres que foram assentados pelo estado colonial/nacional para exploração das drogas do sertão, castanha, seringa dentre outros produtos; negros trazidos para o trabalho na agricultura,

e, há milênios, habitado pelos povos “indígenas” ,no caso do sul do Amazonas as nações: Tenharin, Mura, Parintim, Diaho, Pirarãs dentro outras que mantêm sua hegemonia cultural, econômica e política na região desde a chegada dos primeiros europeus e africanos.

Ideologia é um conjunto de crenças, valores e atitudes culturais que servem de base e, por isso, justificam até certo ponto e tornam legítimos o “status quo” ou movimentos para muda-lo. [...] a maioria das ideologias reflete os interesses de grupos dominantes, como maneira de perpetuar sua dominação e privilégios. Este fato é especialmente verdadeiro no caso de sistemas opressivos, que requerem justificação detalhada para que continuem a existir. O racismo branco, por exemplo, inclui ideias sobre diferenças raciais que são usadas para convalidar e defender privilégios dos brancos. Existem ideologias semelhantes em apoio à opressão por motivo de sexo, classe, etnia e religião. (JOHNNSON, 1977, p. 126).

Em termos conceituais, a expressão raça do ponto de vista sociológico,

Tem sido definida como um grupamento, ou classificação, baseado em variações genéticas na aparência física, sobretudo na cor da pele. [...] O consenso é que raça existe como um conjunto socialmente construído de categorias, usadas sobretudo como fundamento da desigualdade e a opressão social. (JOHNNSON, 1977, p. 188).

A teoria da desigualdade, fundada no preconceito promove entre outras coisas a discriminação como prática principal desta ideologia. Segundo o autor,

Preconceito é uma atitude cultural positiva ou negativa dirigida a membros de um grupo ou categoria social. Como uma atitude, combina crenças e juízos de valor com predisposições emocionais positivas ou negativas. Por exemplo o racismo que brancos dirigem a negros e outras pessoas de cor inclui crenças estereotipadas sobre diferenças raciais em áreas como inteligência, motivação, caráter moral e habilidades diversas. Essas diferenças são então julgadas segundo valores culturais em detrimento das pessoas de cor e do status elevado dos brancos. Finalmente, elementos emocionais como hostilidade, desprezo e temor completam a atitude, criando predisposição entre brancos para tratar negros de maneira opressora e para perceber sua própria categoria racial como socialmente superior. Considerando que as pessoas de cor vivem na mesma cultura que brancos, o preconceito racial irá, de certa maneira, afetar o

modo como eles percebem e avaliam a si próprios.  
(JOHNNSON, 1977 p. 180)

O preconceito racial gera uma condição de relacionamentos interpessoais que podem trazer sentimentos negativos para as pessoas que são alvo do racismo. Sabemos que o racismo, deriva de raça “é uma doutrina que sustenta a superioridade de certas raças”; “preconceito ou discriminação em relação a indivíduos considerados de outras raças”. (FERREIRA, 2010, p. 635) o que é teórica e cientificamente insustentável em especial no Brasil onde atualmente 55% dos cidadãos são de origem indígena ou afrodescendente.

Nas escolas de todas as esferas e na convivência social nos diferentes ambientes: familiar, comunidades, clubes, igrejas bem como meios de comunicação, o ensino de comportamentos que se situam cientificamente no campo das humanidades carece de profunda revisão e pertinência. E isso em todos os campos do conhecimento, sob pena de parcialidade. O ensino atual tem a tarefa de desvelar as mentiras, equívocos e excessos ideológicos que constituem a realidade atual de racismo, preconceito e criação de tratamentos diferenciados e assimétricos entre as pessoas com base na cor de suas peles em especial a dos povos negros e os batizados por “indígenas” em todo o mundo.

A verdade é que todo ser humano tem o direito à verdade sobre sua identidade e cultura. Todo indígena, negro e seus descendentes são credores de reparação e pedido de desculpas, pelos danos que lhes foram causados à identidade, memória e dignidade pelas atrocidades das classes dominantes que historicamente afetaram a qualidade de vida, o bem estar e o desenvolvimento de suas etnias e que ainda hoje vivenciam numa sociedade preconceituosa, elitista, autoritária e desigual.

As mentiras repetidas pelos comportamentos e currículos viciados e parciais, que negam ou silenciam tornando invisíveis as civilizações negras e “indígenas” da humanidade, em prol de uma suposta única civilização branca e europeia devem ser superadas.



**Figura 1:** Local da primeira universidade do mundo, Tumbuktu, Mali, África.

Estudos recentes demonstram a farsa da civilização europeia que fez com que o currículo ocidental das nações que colonizou, apresentasse conteúdos equivocados acerca de uma suposta supremacia intelectual sobre a humanidade. Um dia a verdade apareceria. E apareceu. Com a edição da Coleção História Geral da África em cooperação com a UNESCO, a humanidade aporta novos conhecimentos que revolucionam o currículo sobre a verdade histórica acerca das civilizações humanas. Por exemplo, agora sabemos que não foi Cristóvão Colombo que primeiro visitou a América mas o monarca africano de Mali Aboubakar-II em 1311. Um africano, não um europeu.

O surgimento da primeira Universidade da África Negra (Tumbuktu), a chegada dos africanos à América antes de Cristóvão Colombo, cujo feito pertence a Aboubakar-II, imperador do Mali. Nas suas duas tentativas (1310 e 1311), a primeira expedição marítima fracassou e a segunda chegou a América. [...] a primeira preocupação dos historiadores foi ultrapassar os vestígios da história colonial e reatar os laços com a experiência histórica dos povos africanos que a história enquanto tradição viva e desabrochar constante, do papel dos conhecimentos históricos na elaboração de novos sistemas de educação. (LOPES, 2010, p. 3)

O ensino da verdade histórica dos povos africanos é uma questão de justiça e de rigor científico, uma necessidade urgente que impactará na melhoria da autoestima e auto conceito dos africanos e afrodescendentes que não têm que se envergonhar pelos séculos de escravidão. A escravidão é uma ignomínia para o escravizador não para o escravizado.

Para os africanos, trata-se da procura de uma identidade por meio da reunião dos elementos dispersos de uma memória colectiva. Este ardor subjectivo tem, ele próprio, o seu funcionamento objectivo no acesso à independência de numerosos países africanos. [...] A história africana deve ser uma fonte de inspiração para as novas gerações, para os políticos, os poetas, os escritores, os homens de teatro, os músicos, os cientistas em todos os campos e também simplesmente para o homem da rua [...] (KI-ZERBO 2002, p. 38).

Os afrodescendentes têm direito de conhecer a verdade sobre a civilização africana, berço da Humanidade. Saber que os filósofos gregos foram aprender filosofia no Egito, que fica na África. De lembrar que Moisés era africano, que Deus, segundo as escrituras sagradas pisou em solo africano no sentido figurado quando falou com Moisés. Que foi em solo africano que os 10 mandamentos foram entregues a Moisés pelo criador. Que Jesus viveu no Egito que fica na África quando seus pais para lá migraram quando fugiram do genocídio que Herodes decretou para as crianças. A humanidade tem muito da herança da Mãe África. Motivo de honra e não de vergonha. Enfatizamos um aspecto importante: a escravidão, a escravização de seres humanos pelos europeus foi uma afronta para a Humanidade, bem como a colonização e a pilhagem das riquezas das nações colonizadas. Desta forma o período histórico da escravidão é uma vergonha para os escravizadores não para os escravizados.

O conhecimento da história africana deve ser olhado como uma parte integrante do desenvolvimento, mesmo económico. Para alguém se sentir empenhado na construção do futuro é preciso que se sinta herdeiro de um passado. Importa pois que o homem de Estado africano se interesse pela história como parte essencial do património nacional que ele deve gerir [...] a unidade africana pressupõe o conhecimento de toda a África por todos os africanos. Mas para isso é necessário que haja historiadores e bons historiadores africanos. Ora é impossível havê-los se, desde a escola primária e secundária, os jovens não têm nas mãos compêndios de história africana. (KI-ZERBO, 2002. p. 36).

Daí o desafio do sistema de ensino escolar. Superar as limitações da filosofia e currículo dos colonizadores em prol de uma filosofia e um currículo de reflita sobre a verdade da liberdade humana e da História da humanidade como de fato ocorreu.

Considerando os objetivos da pesquisa, passamos a analisar as memórias de mulheres afrodescendentes, negras de Humaitá sobre o impacto do racismo em sua condição de bem estar psicossocial e qualidade de vida. A condição de inserção socioeconômica da mulher negra é um forte desafio em termos da igualdade social. Nos dias atuais,

O viés eurocentrista do feminismo brasileiro, ao omitir a centralidade da questão de raça nas hierarquias de gênero presentes na sociedade, e ao universalizar os valores de uma cultura particular (a ocidental) para o conjunto das mulheres, sem as mediações que os processos de dominação, violência e exploração que estão na base da interação entre brancos e não-brancos, constitui-se em mais um eixo articulador do mito da democracia racial e do ideal de branqueamento. Por outro lado, também revela um distanciamento da realidade vivida pela mulher negra ao negar toda uma história feita de resistências e de lutas, em que essa mulher tem sido protagonista graças à dinâmica de uma memória cultural ancestral – que nada tem a ver com o eurocentrismo desse tipo de feminismo. (CARNEIRO, 2003, p. 120).

Os impactos negativos do racismo sobre a condição humana são imensos. Há a necessidade de fortalecer o desenvolvimento do respeito e a igualdade entre os seres humanos em prol da superação do racismo criado pelo capitalismo para explorar a força de trabalho de uma parcela da humanidade em benefício de uma classe dominante abastada pela exploração dos negros e “indígenas” no cenário mundial e em particular no amazônico. Pelos indicadores de exploração colonial, podemos afirmar que o bem estar e o progresso econômico, político e social dos países colonizadores não foi mérito ou indício de superioridade, mas resultado da violência colonizadora que pilhou as riquezas das nações colonizadas, explorou e escravizou suas populações, criando uma ideologia de suposta superioridade racial para justificar o injustificável. Então o bem estar que os países colonizadores ostentam é fruto da expropriação, da escravização, logo da injustiça que historicamente haverá de ser reparada.

Trabalhamos o viés metodológico segundo o qual não cabe ao historiador, dedicado aos estudos dos processos de construção de memórias, identificar ou apontar uma pretensa verdade ou falsidade do conteúdo dessas memórias, mas estar atento aos indícios que elas revelam sobre a realidade social compartilhada em um determinado tempo histórico. (SILVA, 2017, p. 236).



As memórias apresentadas e analisadas nesse estudo, em última análise, apontam demandas de sujeitos sociais (mulheres negras e pobres) por transformações ou rupturas de padrões de comportamentos ou paradigmas sociais orientados pela vigência da variável racial, em um locus privilegiado para nossa observação o interior da Amazônia brasileira, notadamente no sul do Amazonas/Humaitá-AM

## RESULTADO E DISCUSSÃO

### Cenário da pesquisa

A pesquisa foi realizada no estado do Amazonas que é o maior Estado do Brasil em área territorial do país, com 1.559.161,682 quilômetros quadrados. Detém um dos mais baixos índices de densidade demográfica, com aproximadamente 2,23 habitantes por quilômetro quadrado, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010).

A população do Estado, de acordo com o Censo 2016 (IBGE, 2016), tem 4.001.667 habitantes (população estimada), A capital Manaus, um dos 62 municípios do Amazonas, é cidade mais populosa da Região Norte, com 2.094.399 (população estimada).

A pesquisa etnográfica foi desenvolvida no Município de Humaitá localizado numa microrregião com 185.281 habitantes (IBGE, 2014), e área territorial de 221.036,579 km<sup>2</sup>. Composta pelos seguintes municípios: Apuí, Borba, Manicoré, Humaitá e Novo Aripuanã. O município de Humaitá-AM foi instalado num ambiente onde habitavam e ainda habitam diversas etnias: Parintintin, Tenharin, Diahu, Pirará e Mura, dentre outras. O município foi criado pelo Estado Brasileiro nos anos de 1890. Segundo dados do IBGE (2016), sua população é de 52.356 habitantes. Possui uma área de 33.072 km<sup>2</sup>, fazendo do município um dos maiores do estado em área territorial e uma densidade demográfica. Humaitá limita-se com os municípios de Manicoré ao norte, leste e oeste; Porto Velho, capital de Rondônia ao sul; e Tapauá e Canutama ao oeste. O município dispõe ainda de um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 225.637, o que o coloca como o décimo-primeiro município com maior PIB no Amazonas e o terceiro em sua mesorregião.

Quanto ao IDH- Índice de Desenvolvimento Humano, em relação aos 5.565 municípios do Brasil, 4028 (72,38%) municípios estão em situação melhor que Humaitá

e 1.537 (27,62%) estão em situação igual ou pior. Em relação aos 62 outros municípios de Amazonas, Humaitá ocupa a 15ª posição, sendo que 14 (22,58%) municípios estão em situação melhor e 48 (77,42%) municípios estão em situação pior ou igual em termos dos indicadores de desenvolvimento humano.

#### Participantes

Participaram da pesquisa três mulheres afrodescendentes com idades de 34 e 77 anos, M= 48 anos. No que se refere às oportunidades de escolarização, uma nunca estudou pois no interior onde morava não havia escolas. Uma possui o ensino superior completo e a outra está cursando o ensino superior.

#### Coleta e tratamento de dados

Os dados apresentados foram obtidos em 2017 por meio entrevistas livres e conversas informais sobre as memórias de discriminação racial tanto das participantes como de familiares já falecidos sendo apresentados e discutidos na perspectiva fenomenológica.

### RESULTADO E DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa evidenciam que as memórias sobre preconceito e discriminação racial ainda imprimem sentimentos e emoções negativas em termos de bem estar psicossocial, saúde mental e emocional das participantes. Sendo os seguintes registros selecionados para este trabalho:

P1 34 anos. “O preconceito por minha condição de etnia negra é muito grande. Sinto dificuldades no exercício de meu trabalho e sinto que tem a ver com minha condição de negra. Isso me entristece num primeiro momento, mas procuro seguir em frente pois tenho direito ao trabalho e a estar onde estou”.

P2 35 anos. “Quando criança lembro de muitas situações de discriminação por causa da minha cor na escola, em todos os lugares. Onde é mais evidente é nos comércios onde as pessoas responsáveis ficam nos encarando como se fossemos roubar. É muito constrangedor, falam as frases negativas sobre negros, é muito desagradável. Me imponho pois vão ter que me engolir. Tenho direito de estar aqui e ocupar o meu lugar que é sagrado como o de todos os demais, é preciso respeito...”.

P2 77 anos. “O racismo nunca acabou. Fico na minha casa com minha família. Sempre foi assim. Lugar de negro é entre os negros. Nunca fomos aceitos. Sabemos

disso. Meu pai falava que o pai dele dançou na festa da libertação lá no seringal. Foi uma noite de muita alegria pois os pretos foram libertados pela princesa Isabel. Ele contava que foi uma grande alegria e a festa durou a noite toda”.

Os dados demonstram que as mulheres negras que integram a pesquisa ocuparam espaços sociais subalternos pela sua condição racial e sofrem impacto psicológico negativo sobre sua autoestima e bem estar emocional e psicológico. Por outro lado, demonstra que a oportunidade de escolarização fortalece a autoestima e o valor próprio predispondo-as para a luta pelo respeito ao espaço no seio social ao qual têm direito.

As participantes que tiveram acesso à escolarização indicam que não perceberam por parte da escola, dos servidores ou da professora preocupação com a discriminação que sofriam. Viam-se sozinho para se fazerem respeitar no grupo e muitas vezes tinham que se calar diante da discriminação sofrida.

Tem-se reiterado que, para além da problemática da violência doméstica e sexual que atingem as mulheres de todos os grupos raciais e classes sociais, há uma forma específica de violência que constrange o direito à imagem ou a uma representação positiva, limita as possibilidades de encontro no mercado afetivo, inibe ou compromete o pleno exercício da sexualidade pelo peso dos estigmas seculares, cerceia o acesso ao trabalho, arrefece as aspirações e rebaixa a auto-estima.[...] Esses são os efeitos da hegemonia da "branquitude" no imaginário social e nas relações sociais concretas. É uma violência invisível que contrai saldos negativos para a subjetividade das mulheres negras, resvalando na afetividade e sexualidade destas. Tal dimensão da violência racial e as particularidades que ela assume em relação às mulheres dos grupos raciais não-hegemônicos vem despertando análises cuidadosas e recriação de práticas que se mostram capazes de construir outros referenciais. (CARNEIRO, 2003, p. 122).

Esse mal-estar social por ser negra configura-se como uma injustiça social para com as mulheres negras e exige uma reparação. O sistema de ensino pode e deve efetivar o desvelamento desse fenômeno e já implementar ações sistemáticas no sentido da inclusão proposital das mulheres negras nas relações interpessoais no cenário escolar. Pedindo-lhe a palavra de forma intencional, sistemática e organizada. Exigindo que sejam ouvidas e entendidas e apoiadas pelo grupo como um todo. O que ao longo do tempo poderá influenciar a melhoria de sua autoimagem e autoestima positivas. Eis o

desafio do sistema de ensino e das lideranças administrativas da área implementar para dar acesso ao exercício da cidadania às mulheres negras em condições de igualdade no cenário brasileiro. Os educadores em cada atividade educativa, todos os dias devem ter consciência dos danos vividos pelos negros ao longo da história sobre o seu bem estar psicossocial e criar de forma proposital situações para superação dessa injustiça promovendo a inclusão e a igualdade superando o preconceito racial e social no Brasil e do planeta terra como um todo.

A participação da mulher negra na vida social por meio do acesso ao sistema escolar, favoreceu o desenvolvimento de suas capacidades e potencialidades de modo a fortalecer sua consciência e participação social. Segundo Carneiro, (2003, p. 129-130)

A ação política das mulheres negras vem promovendo: o reconhecimento da falácia da visão universalizante de mulher; o reconhecimento das diferenças intragênero; o reconhecimento do racismo e da discriminação racial como fatores de produção e reprodução das desigualdades sociais experimentadas pelas mulheres no Brasil; o reconhecimento dos privilégios que essa ideologia produz para as mulheres do grupo racial hegemônico; o reconhecimento da necessidade de políticas específicas para as mulheres negras para a equalização das oportunidades sociais; o reconhecimento da dimensão racial que a pobreza tem no Brasil e, conseqüentemente, a necessidade do corte racial na problemática da feminização da pobreza; o reconhecimento da violência simbólica e a opressão que a branquidade, como padrão estético privilegiado e hegemônico, exerce sobre as mulheres não-brancas. E a introdução dessas questões na esfera pública contribuem, ademais, para o alargamento dos sentidos de democracia, igualdade e justiça social, noções sobre as quais gênero e raça impõem-se como parâmetros inegociáveis para a construção de um novo mundo (CARNEIRO, 2003, P. 129-130)

## CONCLUSÃO

*Escutai: Não percamos tempo (...).  
Deixemos essa Europa que não cessa de falar do homem enquanto o massacre por toda parte  
onde o encontra.  
Em todas as esquinas de suas próprias ruas, em todas as esquinas do mundo...  
Há séculos.  
Franz Fanon, Os condenados da Terra, 1968.*

Os dados aportados pela pesquisa demonstram que a memória, a história e o cotidiano dos afrodescendentes nos dias atuais ainda são permeadas pelo sentimento de discriminação negativa, de superação dos comportamentos negativos para se manterem na condição de dignidade humana, exercer sua cidadania ao arrepio dos comportamentos preconceituosos que permeiam as relações sociais na sociedade brasileira.

O fato demonstrado pela pesquisa remete para a necessidade do ensino de que as pessoas são credoras de respeito e que não se justificam discriminações e preconceitos raciais ou de classe. Os profissionais de ensino e lideranças administrativas do sistema escolar formal possuem o desafio de implementar políticas de reformulações curriculares que incluam conteúdos sobre a igualdade racial e a dignidade da pessoa humana.

Por outro lado, o ensino da História da África com o aporte da verdade sobre a civilização humana onde o continente africano tem uma forte contribuição como a primeira universidade, onde está o Egito local onde os filósofos gregos foram estudar, ou seja onde nasceu a ciência. Há muito o que ser aprendido sobre a verdadeira história da humanidade e esse conhecimento certamente trará mais igualdade e dignidade aos afrodescendentes e africanos em geral.

No caso do Brasil, a legislação trata o racismo como crime. A atitude racista é equivocada e inaceitável ao tentar impor diferenças inexistentes entre seres humanos, o que chega ao cúmulo do ridículo e da pretensão. O sistema de ensino formal tem a responsabilidade de desmistificar as diferenças nos relacionamentos e exigir tratamento digno e igual para todos, promovendo o ambiente escolar de maneira planejada, intencional e sistemática, o sentimento de fraternidade onde todos se sintam integrados, importantes, incluídos na história humana e hegemônicos.

Pois lamentavelmente,

O 13 de maio não libertou o negro no Brasil, libertou a consciência do branco. 13 de maio, Abolição da Escravatura, é uma data confusa. O que fazer com ela? Celebrar? Como comemorar que um mal que durou mais de três séculos no Brasil tenha sido legalmente proibido, enquanto seus efeitos sobre a sociedade brasileira e o câncer do racismo persistem? (Personagem do filme *Compasso de espera*, 1983).

As políticas públicas no Brasil precisam atuar fortemente para superar a precarização das oportunidades de desenvolvimento das capacidades e potencialidades humanas que se dá principalmente pela falta de oportunidade de acesso a um sistema educacional público de qualidade para todos. Eis o desafio das lideranças administrativas e políticas do campo social bem como dos cursos de formação de professores, gestores e profissionais da educação como um todo: trabalhar em prol da elevação das consciências para a superação do racismo e a valorização da riqueza multicultural da humanidade.

#### REFERÊNCIAS

- CARNEIRO, S. Mulher, mulheres, mulheres em movimento. In: **Estudos avançados**, 17, 49, p.117-132, 2003. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142003000300008](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300008). Acesso: 10/10/2017.
- FERREIRA, A. B. de H. **Mini Aurélio o Dicionário da Língua Portuguesa**. 8ª Edição, Curitiba: Positivo, 2010.
- FILHO, A. **Compasso de espera (1973), Filme**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Gjns-TgMQCU>. Acesso em 20/10/2017.
- FANON, Franz. **Os condenados da Terra**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- JOHNSON, A. G. **Dicionário de Sociologia. Guia prático da linguagem sociológica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1977.
- LOPES, J. M. « A História da África Negra revisitada », *Revista Angolana de Sociologia* [Online], 7 | 2011, posto online no dia 13 Outubro 2016, consultado no dia 20 Novembro 2017. URL : <http://ras.revues.org/1246>. Acesso: 10/10/2017.
- KI-ZERBO, Joseph, 2010: *História Geral da África*, UNESCO. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0019/001902/190249POR.pdf> – ACESSO 10/11/17.
- MBOW, M. A. M. “Prefácio”, in: *História Geral da África: I metodologia e pré-história da África*, São Paulo: Ática, UNESCO, pp. 9-14, 2010.

---

SILVA, J. C. da. **Uma estrela negra no teatro brasileiro. Relações raciais e de gênero nas memórias de Ruth de Souza.** Manaus : UEA Edições, 2017.

**TUMBUKTU, primeira universidade do mundo.** DISPONÍVEL EM:  
<https://jornalggn.com.br/noticia/a-cidade-de-tumbuktu-e-a-primeira-universidade-do-mundo>. Acesso:  
10/10/2017.

**Recebido: 20/9/2017. Aceito: 20/11/2017.**

**Sobre a autora e contato:**

Suely Mascarenhas – Professora Doutora da Universidade Federal do Amazonas, Campus Vale do Rio Madeira, Humaitá. E-mail:suelyanm@ufam.edu.br.